Discurso de abertura

da 183ª Assembleia Plenária da Conferência Episcopal Portuguesa

Caríssimos irmãos no Episcopado e demais participantes nesta Assembleia Plenária

1. Saudando cordialmente a todos vós, iniciarei os nossos trabalhos com o apontamento temático do que principalmente nos ocupará estes dias. Sem esquecer o falecimento de D. João Alves, Bispo Emérito de Coimbra, que foi Presidente da nossa Conferência Episcopal e serviu por muitos anos a Igreja em Portugal, com grande dedicação e acerto. E que perdemos entretanto a grata convivência de D. António Marcelino, Bispo Emérito de Aveiro, que sempre nos trouxe o apoio e o estímulo da sua grande alma pastoral. A ambos lembraremos em oração confiante.

No passado mês, o Papa Francisco nomeou D. Manuel Linda para suceder a D. Januário Torgal Ferreira como Bispo das Forças Armadas e de Segurança. Assim como desejamos ao primeiro as maiores felicidades na sua nova missão pastoral, também sublinhamos e agradecemos a muita dedicação e entrega com que o Senhor D. Januário desempenhou, por tantos anos, o relevante cargo que lhe foi cometido.

2. A Conferência Episcopal Portuguesa é, por excelência, ocasião de encontro e partilha dos Bispos que servem a Igreja em Portugal, na correlacionada autonomia das suas Dioceses, em permanente comunhão com o Sucessor de Pedro. Encontro e partilha que redundam depois em ações conjugadas, mútuo apoio e serviços de suporte, como são o Conselho Permanente, o Secretariado Geral e as Comissões Episcopais. Por isso mesmo, cada Assembleia Plenária reserva tempos preciosos para a oração comum e o convívio fraterno. Por isso também, relevam na agenda as informações dos Presidentes das Comissões sobre o sector pastoral que acompanham. Mesmo sem ter grande eco externo, este ponto da agenda, substancial e recorrente, é certamente dos mais conformes com a finalidade específica da Conferência Episcopal e devemos prestar-lhe uma redobrada atenção, tendo em vista o serviço direto às nossas Igrejas particulares e apoiando-as o mais competentemente possível.

3. Não esqueceremos também que, no passado mês de abril, aprovámos uma Nota, intitulada *Promover a renovação da pastoral da Igreja em Portugal*, que dará certamente o tom a quanto fizermos, Diocese a Diocese. Fruto duma reflexão alargada e até inédita nas nossas Igrejas e Institutos, indicou-nos sete “rumos” que vamos seguindo e havemos de incrementar, não sendo demais recordá-los: a) Primado da graça e nova mentalidade [intensificando consequentemente a oração, a vida sacramental e a escuta e partilha da Palavra de Deus]; b) Comunhão para a missão; c) Missão de todos para todos; d) Testemunhar a fé revitalizada; e) Fomentar iniciativas de iniciação cristã e de formação; f) Comprometidos com as iniciativas pastorais em curso; g) A ter sempre diante dos olhos e no coração [a centralidade de Jesus Cristo e do seu Evangelho, iniciando e formando com renovado empenho todos e cada um dos membros do Povo de Deus, nas respetivas concretizações vocacionais e existenciais].

Este articulado pode condensar-se nos temas maiores do reencontro de Cristo e do mundo, para o serviço deste a partir d’Aquele. Foi essa também a intenção do Concílio Vaticano II, em cujo cinquentenário estamos, como nas palavras reiteradas de João XXIII e Paulo VI. E assim prosseguiremos agora, com o Papa Francisco, que tão quotidianamente nos estimula a todos, ilustrando superlativamente o que escrevemos na referida Nota Pastoral, visando «formar comunidades que sejam autênticas escolas de vivência da fé e da comunhão, gerando entre todos os seus membros laços de fidelidade, de proximidade e de confiança, que se traduzam no serviço humilde da caridade fraterna».

4. Dedicaremos ainda uma particular atenção a dois pontos da agenda que o momento social que vivemos com os nossos diocesanos e concidadãos particularmente requer: a visão cristã da sexualidade, a propósito da ideologia do género; e os desafios éticos do trabalho humano.

O cristianismo que professamos retira da revelação bíblica e da experiência geral da humanidade um conjunto de noções e práticas que sempre o definem como vivência e proposta. Vê na complementaridade homem – mulher a base imprescindível do que a humanidade há de ser, como alteridade em comunhão. Tempos recentes permitiram vivências mais individualistas e desvinculadas em relação àqueles padrões básicos da humanidade herdada, passando da “natureza” fixa para a “cultura” mais a gosto a determinação exclusiva do que cada qual queira ser...

Servidores por missão das convicções que mantemos – e neste ponto compartilhamos com tantos outros, crentes e não crentes – não podemos deixar de contribuir para o debate cultural em curso com a exposição clara e sucinta das razões que nos movem. E nisto mesmo concretizamos o que Bento XVI disse no Porto, a 14 de maio de 2010: «Nada impomos, mas sempre propomos». Tratando-se da verdade, enquanto adequação racional à realidade, cremos que ela fará o seu curso nas consciências e nas atitudes dos nossos concidadãos, quer nos costumes quer na própria legislação, mais ou menos cedo, mas certamente.

Outro ponto que não poderíamos esquecer prende-se com a grave problemática que envolve o trabalho e a sua necessidade para o sustento e a realização da humanidade de todos e de cada um. Vivemos e sofremos tempos difíceis a este respeito. Teremos até a consciência de que se trata dum autêntico desafio civilizacional, rumo àquela sociedade que urge construir, com menos ganhos e dispêndios de alguns em contraste com a imerecida penúria de muitos; com outra organização do trabalho face às profundas mudanças tecnológicas, que tantas vezes o reduzem ou dispensam; face ainda às exigências irrecusáveis de populações inteiras que, na Europa ou batendo à sua porta, pretendem basicamente trabalhar e viver, senão mesmo sobreviver…

Sabemos como tudo isto pesa na reflexão e na responsabilidade de governantes e políticos, organizações profissionais e laborais, investigadores económicos e sociais, bem como de todos nós em cidadania comprometida e atenta. Enquanto responsáveis eclesiais que somos, cabe-nos uma palavra, mesmo que sucinta, para iluminar evangelicamente esta nova “questão social”, que tão arduamente nos desafia a todos.

5. Entre outros, estes serão tópicos maiores da nossa presente Assembleia Plenária. – Que Deus nos ilumine e a Mãe de Cristo nos acompanhe, no serviço apostólico à Igreja e ao mundo!

+ Manuel Clemente, Patriarca de Lisboa e Presidente da Conferência Episcopal Portuguesa

Fátima, 11 de novembro de 2013